

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE  
CAMPINAS S.A. – CEASA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005  
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. – CEASA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES  
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

**CONTEÚDO**

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 – Balanços patrimoniais

Quadro 2 – Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstração das origens e aplicações de recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores  
Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – Ceasa  
Campinas - SP

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – Ceasa (“Companhia”), levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – Ceasa em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Conforme mencionado nas notas explicativas 6 e 7, a Companhia realiza um volume significativo de operações com partes relacionadas (Prefeitura de Campinas) em condições definidas entre elas. Portanto, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, os resultados das operações poderiam ser diferentes.

Campinas, 2 de fevereiro de 2007

Oswaldo dos Santos Fonseca  
Sócio-Contador  
CRC 1SP207386/O-2  
BDO Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5

## **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. – CEASA**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

#### **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – Ceasa é uma sociedade de economia mista, constituída em 1975, com participação da prefeitura de Campinas. A sociedade tem como principal objeto a constituição, instalação, administração e permissionamento de espaço nas centrais de abastecimento e hortomercados, traçando diretrizes para a comercialização, distribuição e colocação de produtos hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades.

A Ceasa administra os cardápios referentes às merendas do convênio “Programa de Alimentação Escolar” da prefeitura de Campinas, cobrindo 100% das escolas públicas localizadas no município. Além desse, a Ceasa administra também o convênio “Banco de Alimentos”, que tem por finalidade a recepção de alimentos impróprios para venda por parte de grandes redes de supermercados, mas ainda apropriados para consumo humano, que são posteriormente passados para entidades assistenciais.

Em dezembro de 2005 a Companhia procedeu com a atualização das tarifas de cobrança dos permissionários. O reajuste foi feito com base no estudo elaborado pela administração e foi devidamente aprovado pelas associações que representam estes permissionários.

#### **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei nº 6.404/76).

### 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1. Resultado

##### Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

##### Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% e a contribuição social é calculado pela alíquota de 9%, quanto da existência de lucro real.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

#### 3.2. Ativos circulantes

##### Provisão para devedores duvidosos

A provisão para devedores duvidosos foi constituída pela administração em montante considerado suficiente para cobrir às eventuais perdas na realização dos créditos dos títulos vencidos, e foi constituída adotando o seguinte critério:

<u>Descrição</u>	<u>Provisão</u> <u>%</u>
Permissionários em processo de cancelamento	100
Permissionários com ação consignatória	30

##### Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

### 3.3. Ativos não circulantes

#### Imobilizado

Os saldos das rubricas "Instalações, Veículos, Móveis e utensílios e outros" estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Já os saldos das rubricas "Terrenos, Edificações e Urbanizações" estão registrados pelo valor de mercado por meio da reavaliação contabilizada em 2 de setembro de 2004, baseada em laudo de peritos independentes, com contrapartida no patrimônio líquido, realizada contra a conta de prejuízos acumulados, mediante depreciação e alienação dos bens que a originou.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e estão mencionadas na nota explicativa 9.

### 3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao valor de aquisição, acrescido com rendimento auferido até a data do balanço e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

### 3.5. Passivos não circulantes

#### Provisão para contingências

A Companhia constituiu provisão para todos os processos cujo a probabilidade de perda é possível ou provável.

### 3.6. Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos financeiros.

**4 DISPONIBILIDADES**

Descrição	2006	2005
Caixa	22	2
Bancos	657	683
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.818	73
	2.497	758

**5 CONTAS A RECEBER**

	2006	2005
Permissionários a receber	528	359
Provisão para devedores duvidosos	(36)	(24)
	492	335

**6 PREFEITURA DE CAMPINAS**

	Natureza das operações	2006		2005	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Convênio – Programa de alimentação escolar	( 1 )	811		5.475	
Convênio – Banco de alimentos	( 2 )		83	32	
Convênio – Programa MDS-Banco de alimentos	( 2 )		29		
		811	112	5.507	

( 1 ) Refere-se a valores a receber decorrente do abastecimento e distribuição dos alimentos nas escolas públicas do município de Campinas. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.

( 2 ) Refere-se aos valores adiantados para pagamento dos gastos decorrentes dos respectivos programas. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.

**7 ESTOQUES**

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Compra para revenda – Programa de alimentação escolar	464	485
Material para consumo próprio da Ceasa	<u>133</u>	<u>123</u>
	<u>597</u>	<u>608</u>

**8 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

O saldo é representado por depósitos judiciais de ações trabalhistas, acordos com permissionários cujos direitos são realizáveis após 12 meses, e saldo a receber de permissionários com valores vencidos que estejam na esfera judicial. A administração constitui 100% de provisão para devedores duvidosos para o saldo dos permissionários em atraso que estão em juízo por entender que esses créditos são de difícil realização.

**9 IMOBILIZADO**

	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	<u>Líquido</u>	
				<u>2006</u>	<u>2005</u>
Edificações	1,69 a 2,86	6.950	(2.742)	4.208	3.944
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	1.295	(226)	1.069	584
Urbanizações	2,33 a 3,33	1.181	(449)	732	785
Terrenos		627		627	627
Instalações	10	1.027	(794)	233	245
Obras em andamento (*)		73		73	103
Móveis e utensílios	10	242	(175)	67	79
Veículos	20	539	(478)	61	91
Outros	10	<u>928</u>	<u>(815)</u>	<u>113</u>	<u>149</u>
		12.862	(5.679)	7.183	6.607
Ativos reavaliados					
Edificações	1,69 a 2,86	48.405	(2.560)	45.845	46.942
Terrenos		35.053		35.053	35.053
Urbanizações	2,33 a 3,33	<u>4.575</u>	<u>(287)</u>	<u>4.288</u>	<u>4.411</u>
		<u>88.033</u>	<u>(2.847)</u>	<u>85.186</u>	<u>86.406</u>
		<u>100.895</u>	<u>(8.526)</u>	<u>92.369</u>	<u>93.013</u>

(\*) O saldo da conta refere-se à primeira parcela dos gastos com coberturas metálicas sobre as plataformas traseiras dos boxes dos galpões permanentes, que deverá ser concluído até janeiro de 2007.



**Reavaliação de ativos**

Em 16 de julho de 2004, foi emitido o laudo de reavaliação por empresa especializada, tendo como data-base o mês de junho de 2004.

O referido laudo foi aprovado pela Assembléia de Acionistas em 2 de setembro de 2004. O resultado dessa reavaliação está a seguir demonstrado:

	Valor reavaliado	Valor contábil líquido	Mais valia
Edificações	52.696	4.291	48.405
Terrenos	35.680	627	35.053
Urbanizações	5.431	856	4.575
Totais	<u>93.807</u>	<u>5.774</u>	<u>88.033</u>

A mais valia foi acrescida aos saldos do imobilizado, a crédito da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido da sociedade. O valor reavaliado dos terrenos, edificações e urbanizações passou a ser depreciado pela sua vida útil e econômica remanescente estimada, conforme taxas de depreciação indicadas pelo perito responsável, no laudo de avaliação.

**10 FORNECEDORES**

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Convênio - Programa de alimentação escolar	1.324	5.380
Permissão de uso - Ceasa	717	469
Outros	3	3
	<u>2.044</u>	<u>5.852</u>

**11 TRIBUTOS DIFERIDOS**

Referem-se ao IRPJ e CSLL devidos sobre a realização futura da reserva de reavaliação constituída em 2 de setembro de 2004.

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
I.R.P.J. diferido - reavaliação	12.509	12.814
C.S.L.L. diferido - reavaliação	4.512	4.622
	<u>17.021</u>	<u>17.436</u>

## 12 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para contingências classificadas como perda provável e possível, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos trabalhistas e cíveis em andamento.

Adicionalmente, informamos que o saldo está composto pelos valores originais dos processos.

Natureza	Probabilidade de perda					
	Provável	Possível	Remota	Total	Provisionado	
					2006	2005
Trabalhistas ( ± 40 processos)	42	540	65	647	582	347
Cíveis (± 30 processos)	29		54	83	29	29
	<u>71</u>	<u>540</u>	<u>119</u>	<u>730</u>	<u>611</u>	<u>376</u>

### Trabalhistas

#### Perda possível

O saldo é representado em sua grande maioria, por processos movidos contra empresas prestadoras de serviços que foram contratadas pela Companhia.

A Companhia está respondendo os processos como responsável solidária.

## 13 DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos diretos, depreciações e amortizações) é utilizado como indicador para aferição do desempenho econômico-financeiro.

Esse indicador não é medida prevista nas normas contábeis brasileiras e não deve ser analisado isoladamente, deve ser avaliado em conjunto com as demonstrações contábeis, as quais são apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Abaixo está demonstrada a apuração do EBITDA da Companhia:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	23	(1.369)
. Depreciação	1.877	1.941
Imposto de renda e contribuição social:		
. Corrente	294	
. Diferidos - reversão	<u>(415)</u>	<u>(452)</u>
EBITDA	<u><u>1.779</u></u>	<u><u>120</u></u>

#### 14 CAPITAL SOCIAL

O capital social em 31 de dezembro de 2006 e 2005, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 8.562.223 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas a 99,99% das ações para Prefeitura de Campinas e 0,01% entre outros acionistas.

#### 15 SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia possui seguros em montantes considerados suficientes pela administração, para cobertura de eventuais sinistros de seus imóveis e veículos.

<u>Itens segurados</u>	<u>Risco coberto</u>	<u>2006</u>
Edifício + conteúdo	Incêndio, raio e explosão	27.000
	Vendaval	5.500
	Danos elétricos	1.700
	Tumulto, saques e atos dolosos	500
	Desmoroamento	120
	Roubo, furto qualificado de bens e mercadorias	80
Veículos	Colisão, danos materiais e danos pessoais	Valor de mercado

**16 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2006	2005	
	imposto de renda	contribuição social	
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(98)	(98)	(1.821)
(+) Despesas não dedutíveis permanentes e temporárias	1.543	1.564	1.659
(-) Receitas temporárias não tributáveis	(114)	(114)	(9)
Lucro real/(prejuízo fiscal)	1.331	1.352	(171)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa - 30% s/ lucro real	(399)	(406)	-
Lucro real após compensação de prejuízos fiscais	932	946	-
Imposto de renda - alíquota 15% + adicional de 10% (R\$ 240)	209	-	-
Contribuição social - alíquota 9%	-	85	-
Total do imposto de renda e contribuição social	209	85	-

A Companhia não efetuou a provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal, devido ao fato de não haver histórico de rentabilidade.

**16.1 Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social**

	2006	2005
Prejuízos fiscais	309	708
Base negativa da contribuição social	707	1.112

\* \* \*